

Plano de Ensino

Curso: Direito

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II

Período: 8º Período

Carga Horária: 72 h/a

Professor/a: Luis Felipe A. Barbosa

Ano: 2022

EMENTA

A disciplina está voltada para o estudo do princípio da segregação de funções e seu impacto para a atuação dos Agentes Públicos, bem como para a análise das repercussões de sua atuação ímproba. Aborda também, sob o viés da dogmática jurídica, as modalidades de intervenção do Estado na propriedade, sob a ótica do princípio da função social da propriedade, além de analisar as características de um dos principais procedimentos administrativos, a Licitação Pública, bem como da celebração dos Contratos Administrativos, como resultado do procedimento licitatório.

COMPETÊNCIAS

- Desenvolver a capacidade de análise da adequação da atuação dos órgãos estatais ao modelo de organização funcional do poder estabelecido na constituição;
- Reconhecer os mecanismos de controle de constitucionalidade e compreender seus efeitos, capacitando-se para a fundamentação da impugnação de norma inconstitucional.

HABILIDADES

- Identificar e interpretar as normas que regem a atuação dos agentes públicos;
- Discutir os principais elementos que formam os atos de improbidade administrativa, com ênfase na identificação da conduta, caracterização do ato de improbidade e estabelecimento das sanções;
- Identificar os principais instrumentos à disposição do Estado para intervir na propriedade, diferenciando as principais características das modalidades restritivas e da modalidade supressiva;
- Relacionar o aprendizado relativo às licitações públicas ao estudo dos contratos administrativos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AGENTES PÚBLICOS

- 1.1 Regimes Jurídicos e a Lei nº 8.112/1990;
- 1.2 Servidor Público;

- 1.3 Cargos, empregos e funções;
- 1.4 Concurso público;
- 1.5 Formas de provimento: originária e derivada;
- 1.6 Investidura: nomeação, posse e exercício;
- 1.7 Vacância e cessão de servidores;
- 1.8 Disposições constitucionais referentes aos servidores públicos;
- 1.9 Direitos e vantagens;
- 1.10 Regime Disciplinar.

UNIDADE II – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- 2.1 Antecedentes e Previsão Constitucional;
- 2.2 Definição;
- 2.3 Elementos constitutivos dos atos de improbidade;
- 2.4 Sanções aplicáveis;
- 2.5 Aspectos processuais;
- 2.6 Quadro Geral da Improbidade Administrativa.

UNIDADE III – INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE

- 3.1 Servidão administrativa;
- 3.2 Requisição;
- 3.3 Ocupação temporária;
- 3.4 Limitações administrativas;
- 3.5 Tombamento;
- 3.6 Desapropriação;
- 3.7 Intervenção e Estatuto da Cidade.

UNIDADE IV - LICITAÇÃO PÚBLICA

- 4.1 Definição e finalidade;
- 4.2 Princípios;
- 4.3 Objeto;
- 4.4 Competência Legislativa;
- 4.5 Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação;
- 4.6 Fases do procedimento licitatório;
- 4.7 Anulação e revogação da licitação;
- 4.8 Punições aplicáveis aos licitantes e contratados;
- 4.9 Modalidades de licitação;
- 4.10 Procedimentos auxiliares.

UNIDADE V - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 5.1 Definição;
- 5.2 Cláusulas exorbitantes;
- 5.3 Interpretação dos contratos administrativos;
- 5.4 Formalização dos contratos administrativos;
- 5.5 Execução dos contratos administrativos;
- 5.6 Inexecução;
- 5.7 Revisão;
- 5.8 Rescisão;
- 5.9. Recursos;
- 5.10. Modalidades de Contratos administrativos.

METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS

As aulas serão dinâmicas, pretendendo estimular a capacidade do estudante de interpretação e compreensão do conteúdo da disciplina, com integração entre a teoria e a prática, a partir do enfoque na resolução de problemas.

A disciplina será ministrada com base no ensino participativo, por meio do qual os discentes exercem o protagonismo na construção de suas competências, especialmente por meio de metodologias ativas e de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação -TDIC's, a exemplo da utilização da sala de aula invertida, exposição de seminários, atividades de extensão, tempestade de ideias, aprendizagem baseada em problemas, gamificação e outros.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será utilizada como ferramenta de apoio à aprendizagem e, para tanto, terá caráter processual. As atividades realizadas buscarão auxiliar o professor e os estudantes a identificarem eventuais dificuldades no processo de ensino aprendizagem, visando a adequação de estratégias pedagógicas ao longo do curso. Dentro desta perspectiva, será realizada avaliação diagnóstica no início do semestre, objetivando avaliar os conhecimentos prévios dos estudantes, bem como sua capacidade de articulação de saberes. As avaliações formativas ocorrerão ao longo do semestre, seguidas de uma avaliação somativa ao final de cada unidade.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. 9786559771837. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771837/>. Acesso em: 31. jul. 2022.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. 9786559643844. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643844/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. São Paulo: Grupo GEN, 2022. 9786559771325. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771325/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

COMPLEMENTAR

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

COSTA, Maria D'Assunção. O novo regime jurídico nos contratos das empresas estatais: concessionárias regidas pela Lei Federal 13.303/2016. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* | vol. 3/2017 | p. 135 - 150 | Out - Dez / 2017 | DTR\2017\6794. Disponível em: <https://www.revistadoatribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).

LEVIN, Alexandre. Pregão Eletrônico e vantajosidade nas contratações públicas: estudo à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* | vol. 4/2018 | p. 195 - 219 | Jan - Mar / 2018 | DTR\2018\10336. Disponível em: <https://www.revistadoatribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).

MARTINS, Ricardo Marcondes. Temas Polêmicos da Desapropriação Municipal. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* | vol. 4/2018 | p. 135- 168 | Jan - Mar / 2018 | DTR\2018\10333. Disponível em: <https://www.revistadoatribunais.com.br>(Portal Ascres-Unita).

_____. Quais os limites para o uso de concursos públicos como instrumento de ações afirmativas? *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* vol. 2/2017 | p. 335 - 367 | Jul - Set / 2017 | DTR\2017\5018. Disponível em: <https://www.revistadoatribunais.com.br>(Portal Ascres-Unita).

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Tensões dos Agentes Judiciais no Controle da Corrupção. *In: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* | vol. 2/2017 | p. 85 - 98 | Jul - Set / 2017 | DTR\2017\4959. Disponível em: <https://www.revistadoatribunais.com.br> (Portal Ascres-Unita).